



## MARCOS LEGAIS

### Módulo II Políticas Públicas e Direitos Humanos

#### Aula 5 Inovação tecnológica e tecnologias de gestão para inclusão social

Para compreender e analisar políticas públicas é fundamental conhecer seus marcos legais. Toda política pública, uma vez que regulamenta direitos dos cidadãos, tem gênese na Constituição Federal. Esta, ao determinar as competências do Estado, é a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. É, no entanto, a legislação infra-constitucional que orienta e regula cada política pública aos estabelecer parâmetros para a gestão pública através de leis específicas, chamadas leis orgânicas ou leis complementares.

Em muitos casos há, ainda, resoluções de autoria dos Ministros que estabelecem normas operacionais básicas que para políticas públicas específicas. Tais resoluções, conhecidas pela sigla NOB (normas operacionais básicas), constituem, somadas à Constituição e à legislação infra-constitucional, o marco legal de cada política pública.

Este suplemento indica os principais marcos legais referentes ao conteúdo desenvolvido em cada aula.

#### Constituição Federal

---

Constituição Federal de 1988 e emendas: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

**Importante:** Neste link você encontrará também, ilustradas por meio de uma linha do tempo, todas as emendas feitas à Constituição no período de 1988-2006, e seus respectivos textos integrais.

#### Legislação Infra-constitucional e NOBs

---

Lei nº 10.973, de 2004: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/3293.html>

**Importante:** Neste link você encontrará a lei 10973 de 2004 que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências”.

Decreto 5563, de 2005: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/3676.html>



**Importante:** Neste link você encontrará o decreto 5563 de 2005 que, tal qual define sua ementa, “regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências”.

Lei de Propriedade Industrial - LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 -  
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9279.htm>

**Importante:** Neste link você encontrará a lei 9279 de 1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Lei do Bem (capítulo III). Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005 -  
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=253316>

**Importante:** Neste link você encontrará a lei 11196 de 2005, que: institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica, entre outras medidas.

Lei de Informática - <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/2189.html>

**Importante:** Neste link você terá acesso a todo o arcabouço legal da Lei de Informática